Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: Além de apresentar as principais notícias do Boletim de maio do **UNOSSC**, o escritório tem coordenado reuniões interagências para a implementação da Estratégia para Todo o Sistema da ONU em Cooperação Sul-Sul e Triangular (2026–2029*)*, assegurando o alinhamento de programas nacionais de agências como PNUD, OMS e FAO aos novos parâmetros baseados em resultados. A **cooperação Sul-Sul brasileira** registrou iniciativas em áreas como trabalho decente, alimentação escolar, segurança alimentar, habitação e inovação em políticas públicas. As ações envolveram parcerias com países africanos e organismos internacionais, com destaque para intercâmbios de saberes ancestrais, visitas de estudo ao PNAE, cooperação Brasil-OIT e lançamento de iniciativas voltadas a sistemas alimentares sustentáveis e políticas urbanas. Em relação ao **G-77 e a China**, o grupo cobrou apoio financeiro ante crises humanitárias durante sessão do ECOSOC e protegeu o DIH, a UNRWA e o OCHA. Na SB64, expôs cortes drásticos em fundos climáticos (GEF/GCF) e rechaçou barreiras comerciais unilaterais. Por fim, impôs salvaguardas a reformas institucionais (PNUD/UNOPS) e blindou o Tratado Antirracismo de Durban. O **MNA** converteu solidariedade em salvaguarda estratégica ativa, defendendo na ONU, a soberania digital, a autonomia sanitária e a reforma do Conselho de Segurança. Regionalmente, essa articulação do Sul Global manifestou-se na ajuda humanitária a Cuba, no fortalecimento técnico da infraestrutura via FCIC/IsDB e na expansão geopolítica da Rede Parlamentar com o Vietnã. O **Centro Sul** fortaleceu articulações estratégicas defendendo a justiça climática baseada em reparações financeiras no Conselho de Direitos Humanos, propôs reformas fiscais na ONU e expôs falhas em relatórios tecnológicos da UNFCCC. Na saúde pública, liderou a unificação de posições para garantir equidade vinculante no Sistema PABS da OMS.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *Además de presentar las principales noticias del Boletín de mayo de la **UNOSSC**, la oficina ha estado coordinando reuniones interagenciales para la implementación de la Estrategia para todo el Sistema de las Naciones Unidas sobre Cooperación Sur-Sur y Triangular (2026–2029), asegurando la alineación de los programas a nivel nacional de agencias como el PNUD, la OMS y la FAO con el nuevo marco basado en resultados. La **cooperación Sur-Sur brasileña** ha registrado iniciativas en áreas como trabajo decente, alimentación escolar, seguridad alimentaria, vivienda e innovación en políticas públicas. Estas acciones han involucrado asociaciones con países africanos y organismos internacionales, con énfasis en intercambios de saberes ancestrales, visitas de estudio al Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), la cooperación Brasil-OIT y el lanzamiento de iniciativas orientadas a sistemas alimentarios sostenibles y políticas urbanas. En relación con el **G-77 y China**, el grupo solicitó apoyo financiero ante las crisis humanitarias durante una sesión del ECOSOC y defendió el derecho internacional humanitario (DIH), la UNRWA y la OCHA. En la SB64, denunció los recortes drásticos en los fondos climáticos (GEF/FVC) y rechazó las barreras comerciales unilaterales. Asimismo, impulsó*

*salvaguardas en las reformas institucionales (PNUD/UNOPS) y protegió el Tratado de Durban contra el racismo. El **Movimiento de Países No Alineados (MNOAL**) ha convertido la solidaridad en una salvaguarda estratégica activa, defendiendo en la ONU la soberanía digital, la autonomía sanitaria y la reforma del Consejo de Seguridad. A nivel regional, esta articulación del Sur Global se manifestó en la ayuda humanitaria a Cuba, el fortalecimiento técnico de la infraestructura a través del FCIC/BIsD y la expansión geopolítica de la Red Parlamentaria con Vietnam. El **Centro Sur** ha fortalecido la articulación estratégica al defender la justicia climática basada en reparaciones financieras en el Consejo de Derechos Humanos, proponer reformas fiscales en la ONU y señalar deficiencias en los informes tecnológicos de la CMNUCC. En el ámbito de la salud pública, lideró la unificación de posiciones para garantizar la equidad vinculante en el sistema PABS de la OMS.*

***Palabras clave:** Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

***Abstract:** In addition to presenting the main highlights from the May **UNOSSC** Bulletin, the office has been coordinating inter-agency meetings for the implementation of the United Nations System-Wide Strategy on South-South and Triangular Cooperation (2026–2029), ensuring the alignment of country-level programmes of agencies such as UNDP, WHO, and FAO with the new results-based framework. **Brazilian South-South cooperation** has recorded initiatives in areas such as decent work, school feeding, food security, housing, and public policy innovation. These actions have involved partnerships with African countries and international organizations, with emphasis on exchanges of ancestral knowledge, study visits on the Brazilian National School Feeding Programme (PNAE), Brazil–ILO cooperation, and the launch of initiatives on sustainable food systems and urban policy. Regarding the **G-77 and China**, the group called for financial support in response to humanitarian crises during an ECOSOC session and defended international humanitarian law (IHL), UNRWA, and OCHA. At SB64, it highlighted drastic cuts in climate funds (GEF/GCF) and rejected unilateral trade barriers. It also pushed for safeguards in institutional reforms (UNDP/UNOPS) and protected the Durban Anti-Racism Treaty. The **Non-Aligned Movement (NAM**) has transformed solidarity into an active strategic safeguard, advocating at the UN for digital sovereignty, health autonomy, and Security Council reform. Regionally, this Global South coordination was reflected in humanitarian assistance to Cuba, technical strengthening of infrastructure through FCIC/IsDB, and the geopolitical expansion of the Parliamentary Network with Vietnam. The **South Centre** has strengthened strategic coordination by advocating for climate justice based on financial reparations at the Human Rights Council, proposing fiscal reforms at the UN, and exposing shortcomings in technological reports under the UNFCCC. In public health, it led efforts to unify positions to ensure binding equity within the WHO PABS system.*

***Keywords:** South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

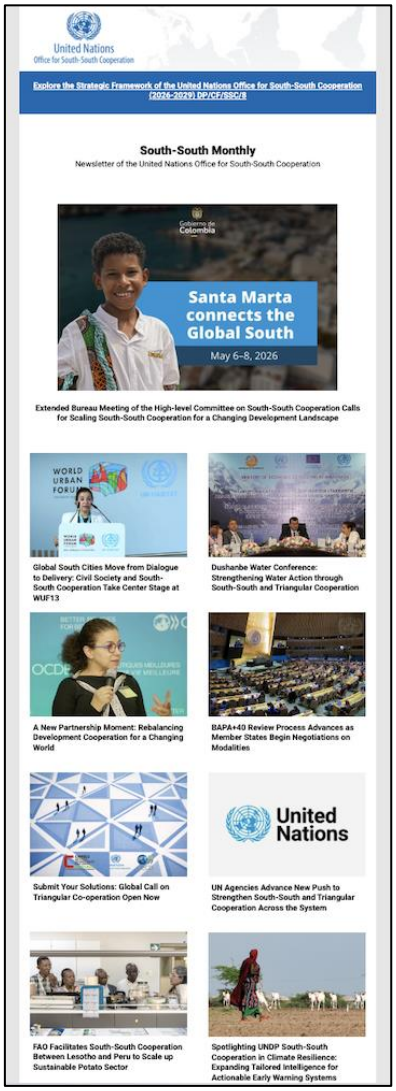
Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam

buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

BOLETIM UNOSSC de maio de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui



Quadro Estratégico do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (2026-2029)

6 a 8 de maio de 2026 – Reunião ampliada da Mesa Diretora do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul em Santa Marta (Colômbia) defende a ampliação da cooperação Sul-Sul para um cenário de desenvolvimento em transformação.

11 de maio de 2026 – A FAO facilita a cooperação Sul-Sul entre o Lesoto e o Peru para ampliar o setor sustentável da batata.

14 de maio de 2026 – Um novo momento de parceria: reequilibrando a cooperação para o desenvolvimento em um mundo em transformação.

19 de maio de 2026 – Cidades do Sul Global passam do diálogo à implementação: a sociedade civil e a cooperação Sul-Sul ganham destaque no WUF13.

20 de maio de 2026 – Agências da ONU avançam com novo esforço para fortalecer a cooperação Sul-Sul e triangular em todo o sistema.

20 de maio de 2026 – Destacando a cooperação Sul-Sul do PNUD em resiliência climática: expandindo a inteligência personalizada para sistemas de alerta precoce acionáveis (TIAEWS)

25 de maio de 2026 – Conferência da Água de Dushanbe: Fortalecendo a ação hídrica por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

29 de maio de 2026 – O processo de revisão do BAPA+40 avança à medida que os Estados-Membros iniciam as negociações sobre as modalidades.

28 de abril de 2026 – Chamada global para cooperação triangular já está aberta.

Apoio Intergovernamental e Implementação da Estratégia (2026–2029)

Na sequência da fase de implementação de meio de ano da recém-adotada **Estratégia para Todo o Sistema da ONU em Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável (2026–2029),** a equipe do UNOSSC tem promovido ativamente reuniões informativas interagências.

Essas sessões focam na operacionalização do renovado Mecanismo Interagências da ONU, garantindo que os pontos focais de diferentes entidades das Nações Unidas (como PNUD, OMS e FAO) alinhem os marcos de seus programas nacionais aos novos parâmetros da estratégia orientados a resultado

Brasil na cooperação Sul-Sul

No período analisado, a cooperação Sul-Sul do Brasil foi marcada por um conjunto diversificado de iniciativas em parceria com países africanos e latino-americanos, além de organismos multilaterais. As ações abrangeram desde o fortalecimento do trabalho decente e do diálogo social no âmbito da OIT até intercâmbios em segurança alimentar, alimentação escolar, habitação e inovação em políticas públicas, evidenciando a centralidade de temas como inclusão social, sustentabilidade e fortalecimento de capacidades institucionais na agenda internacional brasileira. Tais temas representam determinantes sociais da saúde, mas temas da saúde, especificamente, estiveram de fora da agenda da quinzena.

Fonte: https://www.gov.br/abc/pt-br

Mulheres de Guiné-Bissau e Brasil promovem intercâmbio de saberes ancestrais em comunidade do Quilombo Kalunga, em Goiás



Entre os dias **22 e 26 de junho**, mulheres agricultoras, técnicas e pesquisadoras da Guiné-Bissau e do Brasil participam do intercâmbio "Diálogos e Saberes Ancestrais: Caminhos entre Guiné-Bissau e Brasil", realizado no Território Quilombo Kalunga, em Goiás. A iniciativa busca promover a troca de conhecimentos sobre segurança alimentar, agroecologia e práticas sustentáveis de produção de alimentos, valorizando o protagonismo feminino, os saberes tradicionais e as formas comunitárias de organização social.

A missão integra o projeto "Ecossistema de Tecnologias Socioterritoriais Afro-Brasileiras em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional" e inclui reuniões em Brasília com a ABC e o CONSEA, além de atividades de campo junto às comunidades quilombolas. O intercâmbio visa fortalecer redes de cooperação entre o Brasil e países africanos de língua portuguesa, promovendo a circulação de conhecimentos e experiências voltadas ao desenvolvimento sustentável, à preservação cultural e à segurança alimentar.

Brasil e Organização Internacional do Trabalho reforçam sua parceria estratégica e compromisso com a Cooperação Sul-Sul



Representantes do Governo brasileiro, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de empregadores e de trabalhadores reuniram-se em Genebra, durante a 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), para a revisão anual da parceria em Cooperação Sul-Sul e Trilateral (CSST). O encontro avaliou os resultados das iniciativas em andamento e discutiu prioridades para a cooperação diante das transformações do mercado de trabalho global, com foco em temas como proteção social, igualdade de gênero, diálogo social e direitos fundamentais no trabalho.

Os participantes também reafirmaram o compromisso de ampliar o intercâmbio de conhecimentos e o apoio aos países do Sul Global.

No contexto dessas atividades, a delegação brasileira compartilhou com representantes de Angola, Paraguai e Peru a experiência da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), destacando o diálogo social tripartite como instrumento para a construção participativa de políticas públicas. Realizada entre 2025 e 2026, a Conferência reuniu representantes de governos, trabalhadores e empregadores em todo o Brasil e contou com um componente internacional apoiado pelo Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-OIT, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O intercâmbio permitiu apresentar a metodologia, os resultados e os aprendizados da experiência brasileira, além de promover a troca de experiências com outros países sobre participação social e governança do trabalho.

As discussões reforçaram o protagonismo do Brasil na Coalizão Global para a Justiça Social e sua atuação como um dos principais parceiros da OIT em cooperação Sul-Sul. Representantes da ABC e da OIT destacaram que iniciativas como a II CNT evidenciam o potencial da cooperação internacional para fortalecer capacidades institucionais, disseminar boas práticas e apoiar a formulação de políticas públicas voltadas ao trabalho decente. Ao final dos encontros, foi reiterado o compromisso de aprofundar a parceria Brasil-OIT e ampliar a circulação de conhecimentos entre países do Sul Global, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Delegações de cinco países africanos visitam Pernambuco para conhecer experiências brasileiras em alimentação escolar e segurança alimentar



Entre os dias **8 e 12 de junho** de 2026, o Brasil recebeu delegações governamentais de Lesoto, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda para uma visita de estudos sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada em Recife e Caruaru, Pernambuco. A iniciativa foi promovida no âmbito da parceria entre o Governo brasileiro e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), por meio do Programa de Execução para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar. Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Centro de Excelência contra a Fome, a missão reuniu representantes de governos africanos, do PMA, da Fundação Rockefeller e de instituições brasileiras envolvidas em políticas de alimentação escolar, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

Reconhecido internacionalmente, e uma dos programas prioritários na cooperação Sul-Sul do Brasil, o PNAE atende diariamente mais de 40 milhões de estudantes da rede pública brasileira e é considerado uma referência por articular alimentação escolar, nutrição, compras públicas da agricultura familiar, governança descentralizada e sustentabilidade ambiental. Ao longo da semana, as delegações participaram de apresentações técnicas e visitas de campo voltadas ao compartilhamento da experiência brasileira em financiamento, coordenação intersetorial, elaboração de cardápios nutritivos, compras locais e estratégias de adaptação às mudanças climáticas. A programação incluiu visitas a escolas, associações de agricultores

familiares e iniciativas agroecológicas no semiárido pernambucano, com destaque para a experiência de Caruaru na integração entre alimentação escolar, desenvolvimento rural sustentável, geração de renda e preservação ambiental.

Publicação apresenta soluções inovadoras para habitação e planejamento urbano em Cabo Verde



A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o ONU-Habitat lançaram uma publicação que sistematiza os resultados da cooperação desenvolvida em Cabo Verde no âmbito do Programa Simetria Urbana, iniciativa de cooperação Sul-Sul trilateral concluída em dezembro de 2025. O projeto teve como objetivo fortalecer as capacidades dos governos nacional e locais para formular, implementar e monitorar políticas urbanas e habitacionais orientadas pela sustentabilidade, inclusão social e resiliência, promovendo a adaptação de experiências brasileiras às especificidades do contexto cabo-verdiano.

Entre os principais resultados alcançados destacam-se a criação de uma metodologia para mapear necessidades habitacionais quantitativas e qualitativas, a implementação de Planos Municipais de Habitação, a introdução da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e o desenvolvimento de mecanismos de gestão social e financeira para conjuntos habitacionais. A publicação reúne metodologias, lições aprendidas e recomendações para a continuidade das políticas urbanas e habitacionais, oferecendo subsídios que podem ser adaptados a outros países do Sul Global e contribuindo para a disseminação de conhecimentos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Nova Agenda Urbana.

Plataforma alimentaLAB recebe iniciativas sobre segurança alimentar e nutricional e mudança climática



No dia 11 de junho, o Laboratório de Inovação em Políticas Públicas para Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis (alimentaLAB) lançou um novo edital para selecionar iniciativas inovadoras voltadas à segurança alimentar e nutricional, com foco nos desafios impostos pelas mudanças climáticas. A chamada é direcionada a governos e organizações da sociedade civil de países do Sul Global e busca identificar experiências que contribuam para a construção de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e resilientes.

Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com o MDS, o Centro de Excelência contra a Fome do PMA, ICLEI, OPAS e FAO, a iniciativa integra o projeto InovaSAN e tem como objetivo reunir, disseminar e promover o intercâmbio de boas práticas. Além de integrar um repositório digital de acesso público, as experiências selecionadas poderão participar de eventos, webinários e publicações voltadas à difusão de soluções inovadoras para a segurança alimentar no Sul Global.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

17 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a discussão geral do segmento de assuntos humanitários do ECOSOSC de 2026

Tema: Fortalecimento da resposta a desafios humanitários sem precedentes: promovendo transformações, defendendo princípios e o respeito ao direito internacional, e reforçando a coordenação, o financiamento, a prestação e o impacto da assistência para apoiar as pessoas necessitadas.

18 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre o processo intergovernamental relativo ao tema “Além do PIB”, incluindo a participação dos copresidentes do Grupo de especialistas de alto-nível

Em sua declaração, o Grupo reiterou seu reconhecimento ao trabalho do Grupo de Especialistas de Alto Nível no desenvolvimento de um arcabouço de medidas de progresso sobre o desenvolvimento sustentável que complemente e vá além do Produto Interno Bruto (PIB), ressaltando que esses novos indicadores devem refletir avanços nas dimensões social, econômica e ambiental.

O Grupo informou que os respectivos governos nacionais ainda estão analisando as recomendações do relatório para indicadores de desenvolvimento sustentável que sejam universalmente aplicáveis e de apropriação nacional, bem como as suas implicações práticas.

O Grupo apresenta três questionamentos preliminares: primeiro, indaga de que forma o relatório assegura que as métricas “Além do PIB” complementarão os esforços dos países em desenvolvimento para erradicar a pobreza e alcançar um crescimento econômico sustentado; segundo, questiona quais medidas são propostas para fortalecer a capacidade estatística e de

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU.
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento.

dados dessas nações, de modo que a produção dos novos indicadores não imponha fardos desproporcionais aos seus sistemas estatísticos nacionais; e, terceiro, busca entender qual papel essas métricas podem desempenhar para balizar o acesso a financiamento concessional e à cooperação técnica.

Por fim, de olho no processo intergovernamental, o bloco toma nota da consulta informal convocada para 29 de junho de 2026, solicitando mais informações sobre os próximos passos desse trâmite, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso em explorar métricas que superem o PIB para ajudar no avanço equilibrado das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

18 de junho de 2026 – Bonn, Alemanha – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no encerramento da 64ª sessão dos órgãos subsidiários da UNFCCC (SB64)

Esta declaração final reflete um posicionamento de firmeza política, combinando frustração com a falta de flexibilidade dos países desenvolvidos e um compromisso inabalável com os princípios fundadores da diplomacia climática.

O Grupo reafirmou que a Convenção-Quadro da ONU (UNFCCC) e o Acordo de Paris são as âncoras de todo o processo multilateral, o qual deve ser pautado pela equidade e pelo princípio das Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas (CBDR-RC), garantindo que as metas ambientais não asfixiem o direito ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza das nações do Sul Global.

No campo do financiamento e da adaptação, o grupo celebrou o consenso para que o Fundo de Adaptação sirva exclusivamente ao Acordo de Paris e a inclusão do Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático na agenda da CMA8[7]. Contudo, manifestaram uma forte inquietude com a lentidão nas metas globais de adaptação. Em contrapartida, houve progresso na agenda de tecnologia, destacando-se a escolha do PNUMA para sediar a Rede de Centros de Tecnologia Climática (CTCN) e a articulação para o fortalecimento do Programa de Implementação Tecnológica de Belém.

O Grupo também registrou avanços no Programa de Trabalho de Transição Justa — avançando nos termos de referência para a sua revisão e na operacionalização do seu mecanismo — e celebrou a conclusão das revisões sobre capacitação técnica, embora tenha lembrado que severos *deficits* de apoio financeiro e estrutural persistem nas nações em desenvolvimento.

Na agricultura, o G-77 acolheu as decisões, mas lamentou a falta de passos mais largos, defendendo que o tema saia dos relatórios e se transforme em ações práticas que protejam pequenos produtores e a segurança alimentar tradicional, rejeitando categoricamente abordagens genéricas de "sistemas alimentares" que desvirtuem o foco original do mandato.

Os pontos de maior atrito e decepção concentraram-se nas agendas de transparência, mitigação e comércio. O grupo declarou-se profundamente desapontado com a insuficiência de apoio aos países em desenvolvimento no início de seus ciclos de relatórios de transparência e

[7] Enquanto a famosa COP é a autoridade máxima para a Convenção-Quadro original da ONU sobre Mudança do Clima (de 1992), a CMA é o órgão político e deliberativo supremo que supervisiona e toma as decisões exclusivas sobre a implementação prática do Acordo de Paris (de 2015).

criticou a nova interface de dados de gases de efeito estufa, que ultrapassou o que havia sido pactuado.

Da mesma forma, criticaram o bloqueio das discussões sobre os impactos transfronteiriços de medidas comerciais unilaterais e lamentaram que restrições orçamentárias da ONU tenham travado a agenda de Empoderamento Climático (ACE).

Por fim, o G-77 e China instou os países desenvolvidos a assumirem a liderança nos esforços de mitigação e no financiamento de perdas e danos, reiterando sua disposição para construir consensos rumo à COP31 na Turquia, capitalizando os progressos já alcançados em Belém.

Contexto Global e Impacto Diferenciado

A declaração formaliza a profunda preocupação do G-77 e da China diante de desafios humanitários sem precedentes. Em 2026, as necessidades globais atingiram níveis recordes, afetando uma projeção de 239 milhões de pessoas.

O Grupo ressalta que os países em desenvolvimento enfrentam um fardo desproporcional devido a crises interconectadas, incluindo conflitos armados, desastres climáticos, choques econômicos, insegurança alimentar e emergências de saúde pública. Esses fatores ameaçam conquistas históricas de desenvolvimento e sobrecarregam as capacidades governamentais. Diante desse cenário, o grupo defende que a solidariedade internacional e a cooperação técnica e financeira são indispensáveis para otimizar a coordenação, o financiamento e a entrega da ajuda humanitária.

Defesa do Direito Internacional e Proteção de Civis

O G-77 e a China reafirmaram que a assistência deve ser rigidamente pautada pelos princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. O Grupo condena veementemente o aumento alarmante de ataques contra pessoas e profissionais que atuam no setor humanitário e médico — com ênfase nas equipes locais —, bem como o uso da fome de civis como método de guerra e a destruição de infraestruturas civis essenciais, práticas que violam o Direito Internacional Humanitário (DIH) e podem constituir crimes de guerra.

Esta declaração homenageia os profissionais na linha de frente, reforça o apoio contínuo ao trabalho de campo do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), e exige a responsabilização dos autores de violações ao DIH, além da garantia de um acesso humanitário rápido, seguro e sem impedimentos.

Financiamento, Resiliência e Causas Estruturais

O grupo manifestou sua forte preocupação com a redução observada no financiamento humanitário global e exorta os países desenvolvidos e novos doadores a ampliarem seus aportes por meio de mecanismos previsíveis e inovadores. Contudo, enfatizaram a importância de manter uma distinção clara entre os orçamentos humanitários e os de desenvolvimento, preconizando que a assistência emergencial deve caminhar de mãos dadas com o fortalecimento de capacidades locais e a construção de resiliência.

Por fim, o Grupo concluiu que a ação humanitária isolada é insuficiente se não houver um compromisso real em atacar as causas profundas das crises — como a pobreza, a desigualdade e as vulnerabilidades estruturais —, reiterando a prontidão do Sul Global em

colaborar com parceiros internacionais, desde que as necessidades e a soberania dos países afetados permaneçam no centro dos esforços coletivos.

13 de junho de 2026 – Bonn/Alemanha – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na 64ª sessão dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC (SB64): diálogo sobre comércio e mudanças climáticas

Veja contexto na declaração de 8 de junho de 2026 abaixo.

Esta declaração formaliza a posição do Grupo no Diálogo sobre Comércio e Mudança do Clima da UNFCCC, manifestando apoio à criação desse espaço de debates, mas estabelecendo um forte alerta contra a adoção de medidas climáticas unilaterais associadas ao comércio internacional.

O Grupo expressou profunda preocupação com o fato de tais políticas estarem sendo desenhadas sem a devida consideração de seus impactos sobre o Sul Global e à revelia dos princípios de equidade e das Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas (CBDR-RC), enfatizando que a ação climática não deve se estruturar pelo fechamento de mercados, transferência de custos, extração de receitas ou imposição de modelos regulatórios estrangeiros. O grupo defendeu que o comércio deve atuar como um motor de crescimento econômico sustentável e de prosperidade para os países em desenvolvimento, inclusive Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países Menos Desenvolvidos (LDCs), que já enfrentam vulnerabilidades estruturais como custos logísticos elevados e dependência de importações, sendo imperativo assegurar que as novas exigências de certificação, rastreabilidade e relatórios não se convertam em barreiras comerciais disfarçadas ou em discriminações arbitrárias que onerem as economias com menor responsabilidade histórica pelas emissões.

Para que o processo não se limite a um debate abstrato e resulte em relatórios analíticos concretos dirigidos aos eventos de alto nível, o G-77 e a China propuseram que o diálogo avance de forma estruturada na avaliação objetiva dos impactos dessas medidas sobre a implementação do Acordo de Paris, demandando a canalização de apoio financeiro previsível, assistência técnica, capacitação e transferência de tecnologia.

O Grupo reafirmou seu compromisso inabalável com o multilateralismo e com um sistema econômico internacional aberto e solidário, conforme preconizado pelo Artigo 3.5 da Convenção, reiterando que a cooperação internacional deve funcionar como um canal de viabilização que insira os países em desenvolvimento nas novas cadeias de valor e mercados emergentes de baixo carbono, respeitando a soberania nacional, as prioridades de desenvolvimento de cada país e a natureza determinada de suas contribuições nacionais.

10 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no diálogo interativo com o administrador do PNUD durante a reunião plenária da sessão anual de 2026 do conselho executivo do Programa das Nações Unidas (PNUD) e do Fundo de população das Nações Unidas (UNFPA) e do Escritório das Nações Unidas para serviços e projetos (UNOPS)

A presente declaração formaliza o posicionamento do Grupo dos 77 e da China em apoio ao Plano Estratégico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), expressando forte suporte à atuação da agência, mas manifestando grave preocupação com a redução recorde de 23,1% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) em 2025 e com o

decréscimo de 24% no financiamento principal (*core*) da instituição, agravados pelo fato de que apenas 9% dos recursos do sistema fluíram por mecanismos conjuntos de financiamento (*pooled funds*), ficando bem aquém da meta de 30% do *Funding Compact*.

Diante desse cenário financeiro, o bloco fez um apelo urgente por recursos previsíveis, flexíveis e adequados, defendendo o aprimoramento contínuo na avaliação de impactos no terreno, desde que isso não gere custos adicionais para os países beneficiários, ao mesmo tempo em que instaram o sistema da ONU a intensificar o apoio técnico para acelerar a Agenda 2030 por meio do cumprimento de compromissos internacionais, maior acesso a financiamentos concessionais, sustentabilidade da dívida, transferência de tecnologia e capacitação local.

Por fim, o grupo reiterou seu suporte à iniciativa ONU80, mas estabeleceram a salvaguarda de que qualquer reforma deve ser liderada pelos Estados-Membros, transparente e focada nas necessidades nacionais, destacando explicitamente que a análise sobre o mérito da fusão institucional entre o PNUD e o UNOPS permanece estritamente condicionada ao envio das informações técnicas detalhadas que foram solicitadas pelo bloco no diálogo de 8 de junho, devendo todo o processo permanecer alinhado às resoluções da Revisão Quadrienal Ampla da Política (QCPR) e preservar os *Country Programme Documents* (CPDs) como a base programática inegociável de supervisão e prestação de contas.

8 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na primeira reunião informal para as negociações intergovernamentais sobre as modalidades e a declaração política da reunião de alto nível para comemorar o 25º aniversário da adoção da declaração e do programa de ação de Durban

CONTEXTO

A Declaração e o Programa de Ação de Durban (DDPA) constituem o documento mais abrangente e robusto do mundo no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata.

Eles foram adotados por consenso durante a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001.

Enquanto a *Declaração* estabelece os princípios políticos e morais de igualdade, o Programa de Ação de Durban funciona como um guia prático e operacional, detalhando as medidas concretas que os Estados, a ONU e a sociedade civil devem adotar para erradicar a discriminação.

Por que ele continua relevante?

O Programa de Ação de Durban é considerado um **documento vivo**. Sua importância reside no fato de conectar o combate ao racismo com o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza. Ele reconhece que o racismo não é apenas uma questão de atitude individual, mas sim um fator econômico e social que impede nações inteiras de atingirem seu pleno potencial.

Atualmente, nas negociações internacionais (como as lideradas pelo G-77 e China), a preservação do texto de Durban é uma prioridade absoluta para o Sul Global, pois ele serve como o principal escudo jurídico e político multilateral para exigir políticas públicas de igualdade racial em escala global

Esta declaração formaliza o posicionamento e a estratégia de negociação do G-77 e da China durante os preparativos para a Reunião de Alto Nível do 25º aniversário da Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA), reafirmando seu compromisso histórico no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata, além de detalhar suas expectativas para as diretrizes (*modalities*) e para a Declaração Política do evento.

Os pontos principais deste posicionamento do G-77 e da China estabelecem que o Grupo atuará unificado por meio de uma negociação coletiva conduzida formalmente pelo Uruguai, na qualidade de Presidente, e pela África do Sul, como coordenadora dos trabalhos, além de endossar as recomendações do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) para que o "Rascunho Zero" (*Zero Draft*) reflita rigorosamente o tema central "*Mobilizar o apoio público global para a implementação total e eficaz da Declaração e Programa de Ação de Durban*" e uma estrutura operacional composta por uma sessão plenária combinada com painéis de discussão e mesas-redondas, cujas propostas temáticas específicas serão apresentadas oportunamente pelo grupo.

O G-77 e a China defendem que a adoção de uma declaração política focada e sucinta é vital, devendo orientar-se pelos seguintes critérios:

- **Preservação do Mandato Original**: O texto deve focar no fortalecimento da implementação dos compromissos firmados em 2001, rejeitando categoricamente qualquer tentativa de redefinir ou alterar os parâmetros e metas estabelecidos originalmente em Durban.
- **Nexo com o Desenvolvimento Sustentável**: Deve-se reafirmar o papel central da ONU e o vínculo intrínseco entre o combate ao racismo e o alcance dos ODS, destacando a dignidade humana, a igualdade e a não-discriminação.
- **Desigualdades Estruturais e Remediação**: Deve-se incluir medidas eficazes para remediar tragédias históricas e suas consequências contemporâneas, em consonância com a Declaração sobre as Gerações Futuras.
- **Educação e Juventude**: Centrar esforços na educação sobre a história do racismo e sublinhar o papel essencial da juventude para interromper a perpetuação intergeracional da discriminação.
- **Desafios Modernos**: Incorporar o combate aos elementos modernos do racismo, incluindo o avanço dos discursos de ódio e da intolerância religiosa, conforme preconizado na Resolução 80/193 da Assembleia Geral.

O G-77 e a China solicitaram a ampla distribuição e o aumento da visibilidade do texto de Durban. Para isso, propuseram a impressão e difusão de uma edição comemorativa do 25º aniversário da DDPA, a qual poderá incluir o Programa de Atividades atualizado da Segunda Década Internacional de Afrodescendentes.

8 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na sessão anual de 2026 do Conselho executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS: Diálogo interativo sobre o engajamento com a Iniciativa ONU80

O G-77 e a China reiteraram seu apoio à iniciativa ONU80, compartilhando do objetivo de alcançar uma mudança de paradigma que reduza a fragmentação, aumente a eficiência e

amplie o impacto das ações da ONU no terreno. Contudo, o Grupo enfatizou que qualquer reforma estrutural deve seguir critérios rigorosos, tais como:

- Ser conduzida pelos Estados-Membros, baseada em evidências e pautada pela transparência.
- Ser respaldada por análises de custo-benefício e avaliações de risco abrangentes.
- Não comprometer os mandatos de desenvolvimento já em vigor nem comprometer as prioridades nacionais e os marcos de cooperação existentes nos países atendidos.

Posicionamento sobre a Fusão entre PNUD (UNDP) e UNOPS

Em relação à avaliação preliminar que apresenta opções de fusão estrutural e alternativas não estruturais entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), o Grupo manifestou sérias ressalvas quanto à criação de uma nova entidade fundida. Consideraram que esta opção apresenta os maiores riscos jurídicos, operacionais, financeiros e de entrega.

Foi destacado que a dissolução de ambas as agências exigiria a renegociação complexa de marcos regulatórios, governança e acordos de financiamento. Diante de recursos globais escassos, o Grupo alertou que o custo de oportunidade de uma reconstrução institucional prolongada poderia desviar fundos e atenção gerencial que deveriam ser destinados diretamente à aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países.

Para prosseguir com a avaliação dos méritos da proposta, o G-77 e a China formalizaram uma série de questionamentos técnicos ao Secretariado, sintetizados nos seguintes pontos:

O G-77 e a China pediram esclarecimentos do Secretariado sobre a justificativa da fusão, a validação independente dos dados de eficiência, as salvaguardas para preservar os mandatos específicos do PNUD e do UNOPS, a viabilidade de alternativas não estruturais e a conciliação das diferentes lógicas financeiras e operacionais no nível dos países.

8 de junho de 2026 – Bonn/Alemanha – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas plenárias de abertura da 64ª sessão dos órgãos subsidiários da convenção-quadro das Nações Unidas sobre a mudança climática (SB64)

CONTEXTO

O que é a SB64 e qual o seu papel

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) possui dois órgãos subsidiários permanentes:

1. **SBSTA** (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico).
2. **SBI** (Órgão Subsidiário de Implementação).

Eles se reúnem anualmente no meio do ano (tradicionalmente em Bonn, na Alemanha) na chamada **"Climate Change Conference" de Bonn**. A SB64, portanto, é a 64ª reunião desses órgãos.

Ao contrário das COPs (Conferências das Partes), que ocorrem no fim do ano e reúnem chefes de Estado para decisões políticas de alto nível, as reuniões de "SB" são estritamente técnicas e de negociação de base. É onde os diplomatas, cientistas e técnicos de mais de 190

países passam duas semanas debatendo textos, parágrafos e colchetes para preparar os rascunhos dos acordos que serão assinados na COP seguinte.

O Significado Estratégico da SB64 e seus três eixos principais

1. A Ponte para a COP31 (e o legado da COP30)

No calendário climático internacional, a SB64 serve como o primeiro grande termômetro político e técnico após os desdobramentos da COP30 (realizada em Belém, no Brasil). Ela funciona como a fundação para os acordos que deverão ser fechados na COP31 (presidida pela Turquia) e na COP32 (Austrália). O sucesso ou o travamento das negociações em Bonn ditará o ritmo do que será possível alcançar no final do ano.

2. A "Era da Implementação" vs. Crise de Financiamento

O grande significado político da SB64 para o Sul Global é a cobrança por mecanismos práticos. Após anos focados em criar regras (como o Livro de Regras de Paris ou o Fundo de Perdas e Danos), o foco atual é a implementação. No entanto, o significado dessa sessão ficará marcado por uma forte tensão: os países em desenvolvimento precisam atualizar suas metas nacionais (NDCs), mas enfrentam uma severa escassez e queda nos fundos prometidos pelos países desenvolvidos (como os cortes no GEF e GCF)

3. Definição de Metas de Longo Prazo (Pós-2025)

A SB64 é um espaço crítico para desenhar as linhas de tempo de financiamento e adaptação para a próxima década (metas para 2030 e 2035). Itens como a Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático (NCQG) e a operacionalização do Mecanismo de Transição Justa passam por seus testes mais rigorosos nessas mesas de negociação em Bonn.

Em sua declaração, o G-77 e a China reconheceram a liderança do Brasil na Presidência da COP30, bem como às futuras presidências da Turquia e da Austrália.

O Grupo enfatizou que os impactos globais das mudanças climáticas já são uma realidade para todos os seus membros, o que exige uma transição decisiva para uma era de cooperação internacional e de efetiva implementação do Acordo de Paris. Sublinharam que a ação climática deve ser adaptada às diversas circunstâncias nacionais dos países em desenvolvimento, impulsionada por meios de implementação ampliados (financiamento, transferência de tecnologia e capacitação) e fundamentada nos princípios de equidade e de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades (CBDR-RC). Portanto, as metas climáticas não podem ser desvinculadas da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

Em relação ao Financiamento Climático, o G77 e a China manifestaram profunda preocupação com a insuficiência, a inacessibilidade e a baixa disponibilidade de recursos financeiros destinados ao clima. Foi apontado um declínio de 27% na 9ª reconstituição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) para o período 2026-2030 em relação ao período anterior, atingindo o patamar mais baixo em 16 anos. Adicionalmente, registraram o corte pela metade das contribuições assinadas de um país desenvolvido para o Fundo Verde para o Clima (GCF) no período 2024-2027.

O Grupo defendeu que o apoio financeiro dos países desenvolvidos deve ser proporcional à ambição declarada pelas nações em desenvolvimento em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), em conformidade com o Artigo 4.3 da UNFCCC e o Artigo

9.1 do Acordo de Paris. Solicitaram a plena operacionalização do Artigo 9.1 do Acordo de Paris, por meio do programa de trabalho de financiamento climático e manifestaram preocupação com o atraso na transição do Fundo de Adaptação para atender exclusivamente ao Acordo de Paris.

No âmbito da mitigação, o Grupo reafirmou o compromisso com o multilateralismo e com as metas globais de limitação da temperatura a 1,5º C e bem abaixo de 2º C em relação aos níveis pré-industriais, instando os países desenvolvidos a assumirem a liderança do processo.

Quanto à adaptação, destacou-se o papel central da Estrutura dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global, do Roteiro de Adaptação de Baku e da Visão Belém-Adis. O Grupo reiterou a necessidade de se triplicar o financiamento para adaptação até 2035 e lamentou a ausência de um item específico na agenda da SB64 sobre os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), projetando avanços para a SB65. Sobre o Programa de Trabalho de Nairóbi (NWP), defenderam a manutenção de termos reconhecidos pela Convenção, sem a introdução de categorizações de países que não tenham sido previamente acordadas.

Agricultura e Segurança Alimentar

Considerando o impacto direto de eventos extremos como secas e enchentes na segurança alimentar dos países em desenvolvimento, o Grupo estabeleceu como prioridade para 2026 assegurar o futuro da Agricultura e Segurança Alimentar por meio de uma decisão na COP31, dado o encerramento do Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh. Rejeitaram a adoção de conceitos amplos como “sistemas alimentares” ou “agricultura transformadora”, defendendo que o foco permaneça estritamente em agricultura, adaptação e segurança alimentar por meio de financiamento concessional e doações.

Mecanismos de Apoio

- **Ação para o Empoderamento Climático (ACE):** O Grupo defendeu que a revisão de meio termo do Programa de Trabalho de Glasgow avalie lacunas de implementação e fortaleça o apoio internacional em educação e conscientização pública.

- **Capacitação:** Enfatizaram a necessidade de fortalecer as capacidades nacionais por meio da 5ª Revisão Abrangente da Estrutura de Capacitação para países em desenvolvimento.

- **Tecnologia:** Solicitaram a execução do Programa de Implementação de Tecnologia de Belém e a definição célere de um anfitrião capacitado e de um Memorando de Entendimento robusto para o Centro e Rede de Tecnologia Climática (CTCN) até a COP31.

- **Balanço Global (GST):** O grupo destacou a realização dos diálogos sob o resultado do GST1 para monitorar o progresso do Acordo de Paris.

- **Transição Justa:** Insistiram no avanço nos Termos de Referência (TORs) para a revisão do programa de trabalho e a operacionalização do Mecanismo de Transição Justa para consideração da CMA8.

- **Transparência:** Classificaram como urgente o apoio financeiro e técnico para que os países em desenvolvimento implementem a Estrutura de Transparência Avançada (ETF) e estruturem sistemas nacionais sustentáveis de relatórios.

- **Comércio e Clima:** Defenderam um sistema econômico internacional aberto e solidário, em consonância com as discussões multilaterais estabelecidas.

Por fim, mesmo sem um item formal na agenda da SB64, o G-77 e a China ressaltaram que a mitigação e o enfrentamento de perdas e danos continuam sendo pilares fundamentais. Pediram pela rápida implementação dos mandatos dos órgãos constituídos — incluindo o Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM), a Rede de Santiago e o Fundo para responder a Perdas e Danos —, com previsão de revisão de resultados na SB65 e na COP31.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Atividades Estratégicas e Posicionamento Geopolítico em junho de 2026

Sob a atual presidência da Uganda (2024–2027), guiada pela visão de **"Aprofundar a Cooperação para uma Influência Global Compartilhada",** o MNA transitou de sua postura histórica de neutralidade passiva para um modelo de salvaguarda estratégica ativa. Em junho de 2026, as ações coordenadas do MNA na ONU e em fóruns temáticos focaram em converter a solidariedade política do Sul Global em estruturas concretas e vinculantes de soberania econômica, tecnológica e sanitária.

As principais atividades e intervenções temáticas do movimento neste período destacaram-se em quatro pilares estratégicos:

Soberania Digital e Governança de Dados

Um foco central da agenda do MNA foi a promoção da autonomia tecnológica. Por meio de fóruns técnicos especializados e reuniões informativas conjuntas com plataformas como o Centro Sul, o movimento defendeu a implementação de Infraestruturas Públicas Digitais (DPI) moldadas para o mundo em desenvolvimento. O objetivo central foi desafiar os monopólios tecnológicos do Norte, estabelecendo estruturas autogeridas de identificação digital, sistemas de pagamento e fluxos de dados que protejam a soberania nacional de dados e estimulem a inovação local.

Autonomia Sanitária e Resiliência Regional

Dando continuidade aos mandatos da *Declaração de Kampala* de 2024, os grupos de trabalho do MNA concentraram suas sessões de junho na independência dos sistemas de saúde. O movimento está coordenando posições ativamente antes das próximas negociações globais de saúde para garantir que a arquitetura sanitária internacional priorize a produção regional de vacinas e medicamentos na África, Ásia e América Latina. O bloco defende firmemente que os

regimes de propriedade intelectual não devem bloquear a transferência de tecnologia nem replicar as iniquidades estruturais observadas em emergências sanitárias anteriores.

Advocacia Coletiva pela Reforma Estrutural da ONU

Enquanto o Escritório de Coordenação do MNA em Nova York prepara suas posições de trabalho para as sessões de alto nível da Assembleia Geral da ONU em setembro, o mês de junho registrou um esforço unificado e renovado por uma reforma abrangente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU).

O MNA divulgou documentos de posição atualizados exigindo a democratização da governança global, argumentando que as estruturas atuais permanecem paralisadas pelas rivalidades entre as grandes potências. O movimento continua a advogar pela expansão de assentos permanentes e não permanentes para garantir uma representação justa para a África, América Latina e Ásia.

Mudança de Paradigma: Da Neutralidade Passiva à Salvaguarda Estratégica

A produção diplomática do movimento em junho de 2026 refletiu uma evolução conceitual mais profunda. Em vez de navegar pelas fricções globais por meio do isolamento, os membros do MNA utilizam ativamente o multialinhamento para assegurar espaço econômico e político.

O bloco reforçou sua posição contra a ajuda externa condicionada e práticas comerciais injustas, enfatizando, em contrapartida, uma robusta cooperação financeira Sul-Sul.

Alinhados com parceiros tradicionais como o G-77, o MNA rejeitou consistentemente o uso de medidas coercitivas unilaterais (sanções) e mecanismos de ajuste de fronteira que penalizam as trajetórias de desenvolvimento do Sul Global.

No atual cenário multipolar, as atividades do MNA demonstram que a cooperação Sul-Sul não é mais tratada meramente como uma alternativa política, mas sim como uma necessidade estratégica primordial para blindar a soberania nacional e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

NAS REGIÕES

19 de junho de 2026 – Cuba agradece a Belize por importante remessa de ajuda em meio à escassez.



O presidente cubano Miguel Díaz-Canel agradeceu publicamente a Belize e ao México pela chegada a Havana de carregamento humanitário com cerca de 1.700 toneladas de alimentos e suprimentos essenciais.

A doação ocorreu num momento em que a ilha enfrenta crise econômica e energética cada vez mais profunda, e foi descrita pelo presidente cubano como “poderosa demonstração de solidariedade” em “tempos difíceis” para o povo cubano.

17 de junho e 2026 – Federação de Consultores do IsDB convoca Assembleia Geral em Baku.



Durante as Reuniões Anuais do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) em Baku, a Federação de Consultores de Países Islâmicos (FCIC) deliberou sobre seu **Plano Estratégico 2027–2030**. O plano visa fortalecer o setor de consultoria no Sul Global, com foco em Parcerias Público-Privadas (PPPs), integração regional e desenvolvimento de jovens profissionais.

Devido à grande sobreposição de membros entre a Organização da Cooperação Islâmica (OCI/IsDB) e o MNA, a atuação da FCIC consolidou-se como um motor técnico estratégico para a viabilização de projetos de infraestrutura essencial, saneamento e saúde pública no Sul Global.

8 de junho de 2026 – Presidente da Assembleia Nacional do Azerbaijão convida Vietnã para participar ativamente da Rede Parlamentar do MNA.



A presidente do parlamento do Azerbaijão, Sahiba Gafarova, reuniu-se com o Procurador-Geral do Vietnã para fortalecer as relações bilaterais e a cooperação jurídica, convidando o país a integrar ativamente a Rede Parlamentar do Movimento Não Alinhados (MNA) como estratégia para ampliar o peso geopolítico e a legitimidade democrática da cooperação Sul-Sul.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.



O Capítulo Nacional da NAMYO nos Camarões implementou com sucesso uma iniciativa comunitária de grande escala em Yaoundé, no dia 27 de maio e 2026, envolvendo mais de 200 pessoas, com o apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (AIDA).

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

DESTAQUES

19 de junho de 2026 – Declaração do Centro Sul no painel anual sobre impactos das mudanças climáticas nos direitos humanos (62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos).



Na 62ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Centro Sul apresentou declaração formal articulando que a ação climática deve estar ancorada no princípio das Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas, e respectivas Capacidades (CBDR-RC) — pilar histórico das negociações climáticas que reconhece a responsabilidade desigual de países desenvolvidos e em desenvolvimento na crise atual. A intervenção propôs quatro caminhos concretos:

- **Financiamento público baseado em doações:** as economias avançadas devem oferecer recursos não reembolsáveis, em vez de transferir aos países do Sul Global a responsabilidade por captar financiamento privado orientado pelo lucro;
- **Reparações climáticas obrigatórias:** seguindo o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, as reparações são tratadas como obrigação jurídica vinculante. O Fundo de Perdas e Danos deve reconhecer as emissões históricas dos países industrializados e ser efetivamente capitalizado;
- **Eliminação de barreiras estruturais:** o combate aos monopólios de propriedade intelectual que impedem a transferência de tecnologia; a superação dos mecanismos de resolução de disputas investidor-Estado (ISDS) que penalizam as regulamentações ambientais nacionais; e a rejeição às medidas coercitivas unilaterais (sanções) que comprometem a resiliência dos países afetados;
- **Direito ao Desenvolvimento:** o financiamento climático deve viabilizar — e não obstruir — a concretização desse direito, sem condicionalidades restritivas que excluam as comunidades mais vulneráveis.
- A declaração consolida uma leitura que o Sul Global vem amadurecendo: a justiça climática é condição material para a realização dos direitos humanos. Ao vincular financiamento, propriedade intelectual e sanções num mesmo quadro analítico, o Centro Sul evidencia que clima, saúde e soberania compõem um sistema único de iniquidades estruturais.

16 de junho de 2026 – [As contribuições do Centro Sul para a reforma do sistema tributário internacional.]

Por Abdul Muheet Chowdhary



Em seus 30 anos de atuação, o Centro Sul tem contribuído para as principais reformas do sistema fiscal internacional com vistas a uma distribuição mais justa da receita tributária global para países em desenvolvimento.

Entre os avanços mais relevantes está o trabalho em torno da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional e o modelo de convenção fiscal da ONU, voltado a fortalecer os direitos de tributação dos países do Sul em áreas como: serviços digitais automatizados, transporte marítimo e aéreo, indústrias extrativas, software, comissões de garantia, transferências indiretas *offshore* de ganhos de capital, regra de tributação na fonte (*subject-to-tax rule*) e impostos sobre grandes fortunas.

O Centro Sul também produz estimativas de receita potencial para seus Estados-membros, comparando as propostas da ONU e da OCDE para a tributação da economia digital.

A reforma tributária internacional é uma das fronteiras silenciosas — porém estratégicas — da soberania do Sul Global. Sem espaço fiscal próprio, países em desenvolvimento permanecem dependentes de financiamento condicionado para políticas de saúde, educação e infraestrutura.

12 de junho de 2026 – [Países do Sul Global reafirmam propósito comum por equidade no sistema PABS e no Acordo sobre Pandemias.]

Por Dra. Viviana Muñoz Téllez



O Centro Sul convocou, em Genebra, uma reunião de alto nível com embaixadores, representantes e especialistas de países em desenvolvimento. O encontro reuniu delegações envolvidas nas negociações do Anexo ao Artigo 12 do Acordo de Pandemias da OMS, que institui o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS).

Vale lembrar que o Artigo 12 cria um sistema de troca justa onde os países compartilham amostras de vírus e bactérias para que a ciência desenvolva vacinas e remédios, exigindo em troca que a indústria farmacêutica garanta parte dessa produção de forma rápida e gratuita para os países em desenvolvimento.

O encontro antecedeu a 7ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG7), a ser realizada em Genebra, entre 6 a 17 de julho de 2026.

A reunião cumpriu um duplo objetivo: consolidar estratégias comuns do Sul Global antes da etapa decisiva das negociações e submeter a atual governança global da saúde a uma crítica estrutural. O debate resgatou as assimetrias expostas pela pandemia de COVID-19, quando os países em desenvolvimento foram sistematicamente excluídos do acesso oportuno a vacinas, terapêuticos e diagnósticos, para fundamentar que o futuro Anexo PABS deve converter o

princípio da equidade em obrigações juridicamente vinculantes, superando o modelo de compromissos voluntários sujeitos à conveniência da indústria farmacêutica.

Esse movimento evidencia a crescente articulação política entre o Grupo pela Equidade (GoE) e o Grupo Africano, que hoje formam o núcleo coordenador do Sul Global. Há uma preocupação explícita com as propostas apresentadas pelos países desenvolvidos e pela União Europeia, consideradas insuficientes para garantir a repartição efetiva de benefícios, a transferência de tecnologia e a expansão da capacidade produtiva local. Avaliou-se que o texto em negociação ainda não reflete o mandato do Artigo 12, especialmente no que se refere à equivalência entre o compartilhamento de patógenos e a contrapartida de benefícios — o coração do sistema.

Diante disso, o bloco defendeu a inclusão de mecanismos obrigatórios de rastreabilidade, segurança jurídica e responsabilização, além de consolidar o financiamento sustentável e o acesso equitativo como componentes centrais do regime internacional.

A IGWG7 será o teste decisivo: ou o Sul Global converte sua unidade declaratória em um texto consensual com obrigações vinculantes, ou os 12 meses de prorrogação apenas reproduzirão o impasse verificado em maio de 2026.

12 de junho de 2026 – Lançamento da Plataforma de Intercâmbio de Infraestrutura de IA da OMPI.

Por Ningxiner Li

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) lançou oficialmente, em 17 de março de 2026, a iniciativa de Intercâmbio de Infraestrutura de Inteligência Artificial (AIII): uma plataforma de diálogo multissetorial focada nos aspectos técnicos e operacionais do sistema de propriedade intelectual no contexto da IA.

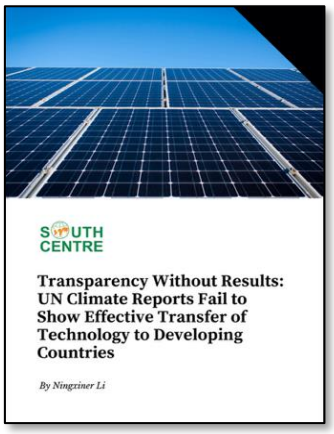
A infraestrutura técnica em discussão inclui marcas d'água digitais, ferramentas de autenticação, metadados, identificadores digitais, sistemas de gestão de direitos, reconhecimento de conteúdo e estruturas de distribuição, desenvolvidas majoritariamente pelo setor privado para enfrentar o desafio central de que, sem rótulos técnicos padronizados, sistemas de IA não conseguem identificar com segurança quem criou determinado conteúdo. A AI não estabelece políticas nem normas jurídicas, nem é fórum de negociação para novas regras; concentra-se em como sistemas técnicos podem apoiar criadores, detentores de direitos e inovadores.

Para viabilizar discussões técnicas detalhadas, foi criada uma Rede de Intercâmbio Técnico (TEN), composta por especialistas de empresas de tecnologia, desenvolvedores de IA, detentores de direitos, academia e sociedade civil. Os resultados serão apresentados em reunião pública anual, agendada para 2 de outubro de 2026, em Genebra, em formato híbrido.

O lançamento sinaliza um movimento estratégico que países do Sul Global precisarão acompanhar com atenção: a "infraestrutura técnica" raramente é neutra. Quem define padrões digitais define, na prática, as regras de circulação econômica. Será crucial que qualquer transição da TEN para um órgão de Estados-membros que trate dos aspectos políticos da infraestrutura seja conduzida pelos próprios Estados, não apenas pelo setor privado das grandes economias.

12 de junho de 2026 **Transparência sem resultados: Relatórios climáticos da ONU não demonstram transferência efetiva de tecnologia para países em desenvolvimento**

Por Ningxiner Li



O relatório do Centro Sul analisa os mecanismos de monitoramento e conformidade que regem as obrigações de transferência de tecnologia dos países desenvolvidos no âmbito do regime climático da ONU. Essa obrigação jurídica evoluiu dos princípios fundadores da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) até a consolidação da Estrutura de Transparência Aprimorada (ETF) do Acordo de Paris, que hoje opera sob modalidades, procedimentos e diretrizes específicas (MPGs).

Sob o desenho atual da ETF, os países desenvolvidos devem apresentar Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) detalhando o apoio tecnológico fornecido ao Sul Global. O relatório do Centro Sul argumenta, contudo, que essa estrutura prioriza a transparência processual em detrimento da eficácia substantiva; ou seja, o sistema quantifica o ato de relatar, mas falha em mensurar os resultados concretos e o impacto real dessas transferências no terreno.

Diante dessa lacuna, o documento apresenta recomendações para endurecer os requisitos de reporte, melhorar a rastreabilidade e a comparabilidade dos dados, e reorientar o foco da transparência para metas mensuráveis. Sendo a primeira revisão abrangente dos relatórios bienais submetidos pelas nações desenvolvidas, este estudo constitui uma base de evidências crucial para a revisão das MPGs programada para 2028.

Essa dinâmica possui implicações diretas para a saúde global: sem uma transferência efetiva de tecnologias climáticas cruciais — como transição para energia limpa, sistemas de refrigeração eficientes e infraestrutura hospitalar resiliente —, os sistemas de saúde do Sul Global permanecerão vulneráveis a eventos climáticos extremos, à dependência energética e à proliferação de doenças sensíveis ao clima.